



RIO PACIFICADO: DA EQUAÇÃO DE SENTIDOS MIDIÁTICOS À REAL CIDADE¹

Tatiana LIMA²

Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, RJ

RESUMO

O trabalho desenvolve uma análise sobre a tríade: mídia, segurança pública e construção de consensos, referente à violência urbana no Rio de Janeiro no contexto da “cidade pacificada” a partir da implantação da política de segurança pública das Unidades de Polícia Pacificadora. A proposta é discutir o sentido real de cidade pacificada imputada pelo Estado e referendado pela mídia que exerce uma forte influência na opinião pública, legitimando o uso da força do Estado para pacificar as favelas como resposta a violência urbana. A cobertura das ações de pacificação dos Complexos do Alemão e da Maré por O Globo e do termo pacificação entre 1930 e 201, servirá para ilustrar esse cotidiano de paz fabricado nas páginas de jornal, que legitima as UPPs como ferramenta política da execução de uma cultura do controle e ordem social da cidade.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo; O Globo; UPP; Favela; Pacificação.

INTRODUÇÃO

*“Polícia pacificador
Polícia passa e deixa a dor
Polícia passa e fica a dor
Paz sem voz não é paz é medo
Paz sem voz não é paz é gueto
Favela não merece respeito
um tapa na cara e porradas nos peitos”*
MC. Calazans.
Rap Polícia Passa e fica a dor.

O tráfico de drogas no Rio de Janeiro exerce profundas implicações no cotidiano dos atores sociais da cidade há décadas, sejam naqueles que moram em favelas ou não. A violência proveniente dos conflitos entre varejistas de drogas e o Estado tem sido apontada como um dos principais problemas do país a serem enfrentado por governos em diferentes pesquisas de opinião. Principalmente, no Rio de Janeiro, estado vitrine da

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 22 a 24 de maio de 2014.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano (PPGMC) da Universidade Federal Fluminense (UFF).



sensação de insegurança que se refaz a cada dia a partir da experiência do consumo de notícias de violência e crime veiculado constantemente pela imprensa.

Uma reação típica à violência na cidade analisada pelo sociólogo Ignácio Cano³ diz que as pessoas lidam com a insegurança no Rio de Janeiro de forma cíclica e dramática. Por conviver com o alto nível de violência (a partir de experiências e de discursos na mídia), elas tratam o problema no seu cotidiano como se não existisse. Mas o surgimento de um evento de grande repercussão na mídia transforma essa “invisibilidade” eventual da violência urbana cotidiana, tornando a preocupação com a segurança pública a pauta central na cidade. Em textos, gestos, falas, todos passam a expressar alguma opinião sobre a questão, a definir a cidade do Rio de Janeiro por essa sensação de insegurança. Projetados pela experiência do medo, em todos os cantos da cidade, os cidadãos cariocas vivem uma grande catarse, segundo Cano, construindo uma opinião pública que demanda por intervenções policiais nos espaços da cidade.

É nesse contexto de discurso de cidade que no final de 2008 começa a operar uma nova estratégia de segurança pública do governo estadual de Sergio Cabral Filho – um ano após a Chacina do Alemão⁴ – e do Estado do Rio de Janeiro ter alcançado um dos maiores índices de homicídios⁵ à chamada Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). Atualmente, definida pelo portal da Secretária Estadual de Segurança Pública (Seseg) como “um dos mais importantes programas de segurança pública realizado no Brasil nas últimas décadas” cujo objetivo central é “a retomada permanente de comunidades dominadas pelo tráfico, assim como a garantia da proximidade do estado com a população para levar paz aos moradores da comunidade”⁶.

Em 2010, após cinco dias de uma onda de violência e ações criminosas em diversos espaços da cidade, a população vê pela tevê em transmissão da Rede Globo ao vivo (e depois vai ler e ver nas páginas do jornal O Globo) as imagens de dezenas de

3 Análise feita por Ignácio Cano, sociólogo e professor da UERJ, em entrevista concedida a BBC Brasil em 23 de novembro de 2012, disponível em < <http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/clipping-do-dia-85>>. Acesso em novembro de 2013.

4 A chacina foi oficialmente responsável pela morte de 19 pessoas num único dia no Complexo de favelas do Alemão. Foi o resultado de uma operação policial pelo Polícia Militar do Rio de Janeiro (PMERJ) para capturar traficantes.

5 Somente em 2007, o Rio de Janeiro teve 41 homicídios por 100 mil habitantes e, atualmente, o número caiu para 24 homicídios por 100 mil habitantes, sendo mais de 1.300 mortes classificadas como autos de resistência, prerrogativa da ditadura militar que, na prática, permite não haver investigações em casos de policiais terem vitimando uma pessoa em legítima defesa.

6 Disponível em <<http://www.rj.gov.br/web/seseg/exibeconteudo?article-id=1349728>>. Acesso em 9/3/2014.



jovens pobres, negros, armados de fuzis, marchando em fuga, pelo meio do mato da Serra da Misericórdia, Zona Norte do Rio de Janeiro. É quinta-feira, 25 de novembro daquele ano, dia em que policiais entraram em confronto com os traficantes nas comunidades da Vila Cruzeiro e do Complexo do Alemão guerra. Em geral não só cariocas, mas todos os brasileiros (e o mundo) acompanham essa imagem que se tornará a mais representativa da maior ação militar em favelas que as forças de segurança do Rio de Janeiro já executaram. Uma ação não inédita, ao contrário do que foi noticiado por diversos jornais, mas a única até a invasão das forças pacificadoras da Maré em 2014 que, até os dias de hoje servia de vitrine de uma política de segurança pública do Estado vitoriosa na luta do “bem” contra o “mal” e, supostamente, sem manchas de sangue⁷.

É nesta perspectiva fomentada pela cobertura do jornal O Globo nos dois casos, de uma paz reestabelecida a partir do uso das forças pacificadoras – do exército militar – que almejamos analisar a construção do consenso construída de um Rio de Janeiro pacificado. Para isso, analisamos o uso dos termos pacificação, pacificar e Forças pacificadoras na cobertura jornalística do jornal O Globo entre 1930 a 2014, tendo como materialidade o histórico do emprego dos termos pelo jornal, além do contexto da cobertura das ações de pacificação dos Complexos do Alemão e da Maré. O objetivo é estudar o sentido de “pacificar” usado para nomear a estratégia de segurança pública implantada na capital carioca.

PRODUÇÃO DO SENTIDO DE (IN) SEGURANÇA

Segundo Vera Malaguti (2011), o Complexo do Alemão é muito mais complexo. A frase da cientista social serve para definir o programa de pacificação e ocupação de algumas favelas do Rio de Janeiro. Na prática, uma ação de política de segurança pública com apoio das Forças Armadas para gerir a vida de determinados espaços da cidade produz um cotidiano que afeta a vida dos que habitam nesse espaço. Portanto, as Unidades de Polícia Pacificadora são mais complexas do que a cobertura jornalística de O Globo informa. Afinal, trata-se de um estado de exceção criado com o aparato da lei

⁷ Em 05/12/2010, com o título “Onde Estão os mortos”, a Folha de S. Paulo publicou matéria na qual questiona a versão de poucas vítimas na ação de retomada do território da favela Vila Cruzeiro e as do Complexo do Alemão. Segundo a reportagem, até o dia da publicação da matéria foram contabilizadas 37 mortes. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0512201007.htm>>. Acessado em 30/09/2013>.



para o estabelecimento da ordem, a partir de uma visão de cidade de que para reestabelecer uma “paz” é preciso pacificar corpos, espaços, lugares: as favelas.

Em larga medida, discutir favelas é falar também de preconceitos e discriminação que parte dos moradores de grandes centros urbanos tem com relação ao lugar e aos seus habitantes. No caso do Rio de Janeiro, ficam evidentes tais procedimentos de segregação espacial, pois desde a origem, os lugares ocupados pelos mais pobres recebem pouca atenção do poder público no que se refere às demandas sociais, em um ciclo desde a República. Como no passado, em sua versão anterior a República: o quilombo ou hoje, a favela – o geógrafo Andreino de Campos percebe a favela como um espaço de resistência das populações empobrecidas como foi o quilombo – não recebe atendimento devido de políticas públicas. A única que as favelas recebem é atenção especial do aparelho policial, tendo em vista que favelas e favelados são considerados como um caso de polícia, mas não como um problema de desigualdade social, ou seja, da sociedade.

Orlandi (2004) pondera sobre essa herança de aparato policial e desordem que estão agregados a esses espaços da cidade. Segundo a instauração dos princípios democráticos pós-abolição dos escravos, surge à figura da massa de cidadão pobres e perigosos a qual emergia da multidão de casas térreas, de estalagens e cortiços, “acusadas de atrasadas, inferiores e pestilentas, essas populações seriam perseguidas na ocupação que faziam das ruas, sobretudo, seriam fustigadas em suas habitações” (ORLANDI 2008, p.14).

No Brasil a difusão do medo do caos e da desordem tem sempre servido para detonar estratégias de segurança pública, de política, para “neutralizar e disciplinar” as massas empobrecidas. Para Malaguti (2003) é a origem da construção do medo na cidade do Rio de Janeiro:

O ordenamento introduzido pela escravidão na formação socioeconômica sofre diversos abalos a qualquer insurreição. O fim da escravidão e a implantação da república (fenômenos quase concomitantes) não romperam jamais aquele ordenamento. Nem do ponto de vista sócio econômico nem cultural. Daí as consecutivas ondas de medo da rebelião negra, da descida dos morros. Elas são necessárias para implantação de políticas de lei e ordem. A massa negra, escrava ou liberta, se transforma num gigantesco Zumbi que assombra a civilização; dos quilombos ao arrastão nas praias cariocas (MALAGUTI, 2003, p.21).

É o medo branco que tem recorte social: são os pobres que formaram as classes perigosas.

Esse medo branco que aumenta com o fim da escravidão e da monarquia produz uma república excludente, intolerante e truculenta com um projeto político autoritário. Essa



foi sempre a síndrome do liberalismo oligárquico brasileiro, que funda a nossa República carregando dentro de si o princípio da desigualdade legítima que herdara da escravidão. É por isso que, segundo Neder, “a eficácia das instituições de controle social se funda na capacidade de intimidação que estas são capazes de exercer sobre as classes subalternas” (MALAGUTI, 2003, p37, apud Neder, Gizlene).

Portanto, falar em favela sem discutir a sua origem, sem ter esse olhar histórico, sem debruçar-se sobre as subjetividades expressas no cruzamento de dados e mapeamento do espaço – no caso do artigo o complexo do Alemão – é encarar o “problema” da segregação sócioespacial como um fato isolado, “naturalizado”, em nossa sociedade.

É importante termos em mente que a janela a qual nos debruçamos para analisar o quadro do Rio Pacificador não considera favela como um espaço homogêneo. Ao contrário, sabemos que as favelas e ainda um mesmo conjunto de favelas como o Complexo do Alemão se expressa pela heterogeneidade. Favela não é singular. Favela é diversa. E sua diversidade interna não deve ser deixada de lado como algo secundário.

Licia Valladares (2005) chama atenção a esse olhar. Joga luz sobre a necessidade de atentarmos as diferenças entre as favelas, porque isso pode ocasionar a homogeneização das políticas públicas e sociais naquele espaço. Essa atenção deve ser uma das bases do pesquisador, pois diversas pesquisas já serviram e servem ainda como mapeamento das demandas sociais daquele espaço. O olhar homogêneo desses espaços que afetam, portanto, diretamente a política-administrativa do poder público, e claro, o tecido urbano seja quando se comprar de forma simplista uma favela a outra ou quando se compara o espaço da favela e não favela. Essa escolha é lembrada pela autora que explicita que “uma dualização da cidade do Rio de Janeiro, através do afastamento crescente entre as favelas e o resto – atributo à acentuação da exclusão social concentrada nas favelas” (VALLADARES, 2005, apud Ribeiro & Lago, p. 152).

Lefebvre (1985) nos lembra de que as lutas de classe reforçam o sentimento de pertencer. Esse sentimento de pertencimento não exclui desse território um “tecido urbano cerrado” com diferenciações e ampla divisão do trabalho técnico e social (LEFEBVRE, p. 16). Para ele, “a vida urbana pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e políticos) dos modos de viver, dos “padrões” que coexistem na cidade” (p. 15). Assim, no processo de industrialização e urbanização das cidades, explica Lefebvre, há regiões que são abandonadas para os pobres (que são expulsos do centro e áreas nobres), áreas que se tornam guetos para os desfavorecidos. Ainda que, regiões



industrializadas, em geral, subúrbios, sejam criados a partir da chegada destes trabalhadores para servir de operários às indústrias.

A polissemia do termo favela, portanto, reflete uma condição de categoria social central à disputa pelo significado da ideia de cidade conforme Marcelo Burgos (2012). Com efeito, na sua origem, o sentido da palavra favela está dialogicamente ligado à noção de cidade, a qual varia conforme a posição social de quem a define.

Por isso, o verso de Mc Calazans “Paz sem voz não é paz é medo/Paz sem voz não é paz é gueto” serve de micropartícula dessa “cidade de sentidos”, uma proposta de leitura de espaço trazida pela materialidade do discurso de Orlandi (2004). Serve para olharmos esse tecido social de construção de uma cidade pacificada, uma cidade que possui um histórico político de gestão policial da vida. Principalmente, na leitura de um Rio de Janeiro pacificado (e por que não dizer Pacificador?) que leva paz a comunidade que precisam ser libertadas pelo tráfico de drogas. Uma paz que chega midiaticamente em sentido de discurso a toda cidade e presencialmente no gueto: a favela, com aparato disciplinador do capital: policial, militar e econômico.

Os dados da Secretária de Segurança pública expõe essa realidade: o Rio de Janeiro já recebeu 37 UPPs⁸ e até 2014 a previsão é de que sejam mais de 40 a partir da ocupação das forças de pacificação que a partir de 31 de março de 2014 ocuparam as 15 favelas do Complexo da Maré, em uma operação com aparato das Forças Armadas que, se assemelha na produção do discurso jornalístico àquela operação de 2010 no Complexo do Alemão, que produziu o sentido de cidade pacificada. De guerra vencida contra o tráfico de drogas, de construção de consensos de segurança reestabelecida a partir do controle dos espaços segregados da cidade, a partir do aparato de legitimação da lógica do comum e de única solução para esses espaços disseminada pela mídia. No caso deste artigo: do jornal O Globo.

Se o termo favela possui uma polissemia, principalmente pensando na sua origem e na cidade e classe social de quem a define e usa o termo, uma pesquisa do termo pacificação no principal jornal do Rio de Janeiro, não deixa dúvidas do emprego do seu uso. Em geral, o termo está sempre associado a conflitos armados, em especial, ações de guerra desde conforme a época do Império brasileiro: o estabelecimento da centralização do território no Brasil também foi nomeado e chamado de pacificação

8 A polícia pacificadora conta com um efetivo atual de 9.073 policiais. As UPPs em operação envolvem aproximadamente 252 comunidades.



(MALAGUTI, 2011, p.61-62). O emprego do termo pacificação atrelado ao sentido de guerra, portanto, sempre foi empregado pelo Estado e imprensa como um domínio de território mediante gestão policial. Conflitos que sempre geraram e passaram deixando mortos: dor. Foi o que a pesquisa entre 1930 a 2014 no Acervo Digital de O Globo revelou.

Contudo, será em 1990 que o termo pacificação começa a designar instrumentos ações policiais para combater o tráfico nas favelas cariocas até chegar a seu uso para denominar o principal programa de segurança pública do Rio de Janeiro, que em linhas gerais, pretende levar paz e mediar um espaço visto como retomado pelo Estado.

DÉCADAS DE PACIFICAÇÃO

O termo pacificação tem origem no latim *pacificare*. Significa acomodamento, pazes, reconciliação, possui a prerrogativa de reestabelecimento da paz, ação ou efeito de pacificar. Seu termo se relaciona com o significado de pacífico: compreendido pela leitura: que ou o que ama a paz (governantes) (recompensa); que se passa em atmosfera de paz (coabitação); que tem a paz como objetivo; que se aceita sem discussão (foi à escolha do sucessor do rei).

O uso do termo em geral está relacionado a situações de conflito armado. A primeira referência do termo encontrada pela pesquisa⁹ no jornal O Globo, data de 1930, na segunda edição do diário em 6 de dezembro daquele ano. Refere-se a foto de um almoço de generais que chefiaram o “movimento pacificador”. Movimento armado, liderado pelos estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul que culminou no golpe de 1930, que depôs o presidente da república Washington Luís, e pôs fim à velha República. A manchete de destaque dessa edição chama atenção: “O problema dos “sem trabalho” estaria extremamente simplificado se a população sem salário tivesse mais amor às pequenas atividades do plantio da terra, que põe ao abrigo de todas as surpresas!”. Num quadro abaixo do título há um editorial sobre a origem da revolução. Em certo trecho diz: “As impaciências econômicas haviam se somado as impaciências políticas. E o Sr. Washigton nunca levou a sério. Para S. Ex. tudo poderia ser levado à força. Por isso mesmo resistiu às medidas de pacificação”.

Na edição de 24 de outubro de 1930, título também remete usa termo e remete a ideia de conflito armado: “A ação das forças pacificadoras da guarnição militar da

⁹ Pesquisa realizada no Acervo Digital de o Globo em 3/3/2014.



capital da República consagrou na manhã de hoje, desoprimindo a população atormentada, a vitória da revolução que empolgou o país de norte a sul”. As forças pacificadoras tinham poder de estabelecer ordens em toda cidade. Uma das ordens de governo era “defender as localidades ocupadas, fiscalizar até a segunda ordem o movimento de entrada e saídas na barra do Rio de Janeiro”. As forças pacificadoras de 1930 seria capa de jornal em O Globo ainda em 1931 pelo policiamento em São Cristóvão. Na terceira edição do jornal de 29 de abril de 1936, é o conflito incessante em jornais e tribunas políticas entre dois deputados, o responsável pelo termo pacificação servir de materialidade discursiva em O Globo, na manchete do jornal: “Trégua sem pacificação... (com ponto de reticências no final)”.

O termo de pacificação também foi usado pelo jornal na edição de 27 de julho de 1933, em referencia a vitória das forças do exercito contra Virgulino Ferreira, o cangaceiro Lampião nomeado pelo jornal como “o terror do nordeste” que age com violência no sertão nordestino que precisa ser pacificado. Essa referência retorna em 1967, quando enfim, decidem enterrar a cabeça de Lampião e Maria bonita que estava exposto e em estado de decomposição depois de anos expostas: “Aprovado sepultamento da cabeça de Lampião”. Outras referências vão surgir em relação a guerras na Europa, na antiga União Soviética (URSS) hoje Rússia, ao movimento de protestos no Haiti, em referência a matéria que remetem ao movimento de 1930 das forças pacificadoras pelo exercito brasileiro, “Começa a seguir para São Domingos a força pacificadora brasileira” (22 de maio de 1965, O Globo).

Em 1980, Sara Kubitschek afirmou que o presidente João Figueiredo era um “pacificador” em agradecimento ao apoio dele para construção do memorial JK, em Brasília. A declaração foi nota em o globo de 9 de novembro daquele ano. O título Dona Sara dá a Figueiredo título de “Pacificador” (grifo meu), chama atenção pelo que oculta com o uso da palavra pacificador entre as aspas. O país atravessava um momento ainda de ditadura, mas já sinalizada uma trajetória para redemocratização. Mas João Figueiredo ainda era o presidente da ditadura militar, seria o último.

Porém, será a figura do Marechal Luiz de Lima e Silva, mais conhecido como Duque de Caxias, o Pacificador, que ganhará destaque no jornal sempre em referencia a seus méritos de pacificação na Batalha da Bacia do Prata, durante a Guerra do Paraguai. Principalmente, em comemoração ao aniversário da Batalha, do nascimento de Duque de Caxias ou em homenagens na data de sua morte. A lembrança da ação pacificadora do marechal permeou o Globo entre 1940 até 1990. São 60 anos de notas, matérias e



referências a figura do pacificador, da pacificação proveniente da guerra como ato de restabelecimento da cidadania, direitos e reestabelecimento da paz.

Já nos anos 90, o termo “pacificador” é usado para designar não mais uma tropa ou pessoa, mas um dos equipamentos da polícia no Rio de Janeiro: o carro blindado preto com o símbolo de uma caveira com uma faca cravada na cabeça. Com oito saídas para caber o cano de um fuzil, o carro se assemelha a um blindado de guerra e é chamado pela polícia de “Pacificador”. A proposta do equipamento é o carro servir para as operações policiais nas favelas, pois com o blindado os policiais estariam protegidos. Mas será a partir de 2008, ainda que de forma tímida que o termo começará a ser usado pelo governo e imprensa para designar o novo plano de policiamento comunitário: as Unidades de Polícia Pacificadora.

Entretanto, já em 2007, antes da primeira UPP ser instalada no Morro Santa Marta, o termo pacificação é usado na manchete da edição de 25 de dezembro de O Globo: “Polícia prepara ação para pacificar o Alemão”. Na matéria, o lead informa que antes do Complexo do Alemão receber as obras do PAC, o conjunto de favelas deve passar por uma ação “pacificadora para erradicar a força armada”. O governo federal anunciava a permanência da Força Nacional Complexo do Alemão, que já estava policiando o conjunto de favelas até a ação que iria pacificar o Alemão.

O histórico do uso da palavra pela materialidade do discurso da imprensa mostra o deslizamento metafórico do termo a uma amplitude de ações, na maior parte das vezes, em um acontecimento de guerra tendo a ação policial como ator principal. A exceção seria o uso do termo em conflitos políticos ou em conflitos armados no Rio de Janeiro. Porém, os conflitos urbanos entre policiais e traficantes desde os anos 1990, ganharam esse selo simbólico pelo jornal O Globo: Guerra no Rio.

PACIFICAÇÃO E PRODUÇÃO DE CONSENSOS

Segundo Orlandi (1999), os dizeres não são apenas mensagens. São efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz (p.30). São vestígios, pistas da ruína discursiva, porque os sentidos tanto tem relação com o que é dito como pelo que não é dito. É fundamental, portanto, a compreensão que as palavras não são nossas. Elas significam pela história e pela língua, porque a língua revela traços ideológicos (ORLANDI, 1999, p. 32).

A intenção da análise não é chegar a uma verdade do sentido do termo de pacificação, mas compreender como a materialidade discursiva funciona e como produz efeitos e sentidos, constrói consensos. Contudo, dentro da perspectiva salientada pela própria analista do discurso: “não é porque o processo de significação é aberto que ele não é regido, administrado” (2004, p.19). Afinal, a própria autora implica que a história tem seu real afetado pelo simbólico do discurso (ORLANDI, 1999, p.15).

Desta forma a analista propõe uma cidade de sentidos a partir da materialidade de discursos, porque a cidade se constitui a partir da de um espaço interpretado particular, que evoca a pergunta de como os sujeitos interpretam a cidade e a partir disso como a cidade interpretada impõe gestos de interpretação definindo a produção de sentidos do espaço social. No caso de nossa análise: a cidade do Rio de Janeiro.

Mas não a cidade no Rio no sentido simplista, mas a cidade Rio de sentidos com o efeito de cidade pacificada, aquela que pacifica, é pacificadora. Tomando por acontecimento analisador a pacificação do Complexo do Alemão realizada em 28 de novembro, vamos analisar a edição do jornal de 29 e 30 de novembro de 2010. Nestes dois dias o jornal produziu um caderno especial sobre a pacificação do Complexo do Alemão.

Nesta edição, a manchete de capa da publicação escolheu realizar um trocadilho com um famoso samba-enredo de 1989, da Imperatriz Leopoldinense, o samba Liberdade, Liberdade! Abre as asas sobre nós. A manchete dizia: “A senhora liberdade abriu as asas sobre nós”, acompanhado do subtítulo: “População comemora libertação histórica em operação exemplar, sem sequer um inocente ferido”. Para ilustrar, uma foto com policiais segurando um fuzil e uma pomba “branca” voando em direção deles. Chama atenção, a foto acima do título, compondo a leitura interpretativa da mensagem pela materialidade da imagem, antes da leitura do discurso, ou seja, da manchete. Na legendada foto, a informação de mais de 2.600 homens chegaram rápido ao alto do Complexo do Alemão, após a “invasão” (termo usado pelo jornal). Mais embaixo um policial e a bandeira do Brasil hasteada, segundo informações da legenda da foto, sobre um prédio do Alemão. Durante toda a cobertura do episódio, o jornal O Globo oscilou no termo verbal para categorizar a ação policial-militar. Por vezes, escolheu o verbo ocupar, por outras, invadir. Cada verbo produz uma construção de sentidos diferentes. Principalmente, porque invadir remete uma semântica de não pertencimento àquele espaço. Ocupar já remete uma posição política de escolha em estar naquele local.



É essencial destacar que a “criatividade” da trama discursiva (Mendonça 2012) de utilizar o samba-enredo da escola de samba de um dos bairros, Ramos, no qual estão inseridas algumas das favelas do Complexo do Alemão, não foi uma ação dos repórteres ou editores da Rede Globo, emissora da mesma Organização midiática de O Globo. O gesto, o trocadilho, foi usado por uma moradora do Alemão que entregou uma caixa de fósforos com um bilhete a jornalistas de O Globo em 27 de novembro de 2010. O acontecimento se tornou notícia no Jornal Nacional daquele dia e destaque no caderno especial sobre a pacificação do Alemão na edição do jornal impresso O Globo em 28 de novembro de 2010, sob o título “Esperança de paz na caixa de fósforos”. A mensagem dizia:

“Aos Governantes e toda força militar, nosso Guerreiros! Nossos heróis que vieram nos libertar, obrigado! Nós temos o governador Cabral. Que tem o sobrenome do nosso descobridor! O prefeito Paes. O Rio precisa de você! De paz! Obs: Sabemos que uma favela não aparece da noite para o dia! Uma duna começa com poucos grãos de areia. Isso vem do passado como plataforma política! Hoje e dia de Nossa Senhora das Graças. Liberdade! Liberdade! Abre as asas sobre todos nós; dessa nação abençoada por Deus! Comunidade Vila Cuzeiro. 27/11/2010. (O Globo, 28 de novembro de 2010)

Mendonça (2012) a partir do seu conceito de trama discursiva analisa essa materialidade discursiva, mas a partir da matéria veiculada pelo Jornal Nacional. Para ele, diversos sentidos defendidos pela emissora na cobertura da pacificação do Alemão são exaltados – não somente a pacificação do Alemão, mas a pacificação das favelas do Rio de Janeiro, no sentido do Rio pacificador e pacificado. Dentre esses sentidos, ele destaca: a religião pela lembrança de Nossa Senhora das Graças e o apelo a Deus; a cultura popular; o apelo ao carnaval pelo fragmento de samba-enredo (que foi reutilizado na edição e 29/11/2010, afinal, o samba-enredo era da Imperatriz Leopoldinense, uma das escolas do bairro de Ramos, onde se localiza boa parte das favelas do Complexo do Alemão); e o amor à pátria, na referência ao hino da independência, à liberdade e à exaltação aos militares heróis-guerreiros, uma narrativa discursiva que expressa sentidos semelhantes ao das matérias das décadas de 30 a 80, seja em relação às Forças Pacificadoras do exército militar no Movimento de 30, a que vai à luta na Batalha de São Domingos e ainda, o efeito que o exército promoveu a figura de Duque de Caxias, de Pacificador do Exército. E até a “revolução” de 1964, na realidade, o golpe civil-militar, posto no jornal como a revolução contra os comunistas que precisavam ser pacificados.



Na análise do plano da trama discursiva (MENDONÇA, 2012) analisa esse acontecimento com ênfase na cobertura feita pelo telejornalismo da emissora Rede Globo. Contudo, pela edição e O Globo, o jornal impresso, é perceptível como os elementos de imagem de texto e discurso podem ser usados também no jornalismo impresso. Na edição de 28 de novembro de 2010, O Globo não somente escreveu sobre o bilhete na caixa de fósforos, o jornal fotografou o bilhete e o publicou como imagem de texto no jornal (são duas fotos dispostas lado a lado). Promovendo assim, uma integração entre certas separações da narrativa de telejornalismo e jornalismo impresso no acontecimento discursivo da “pacificação” do Complexo do Alemão na arena midiática, uma ruína discursiva na qual é possível encontrar os silêncios que desvelam o outro lado da história da suposta “Libertação do Alemão”, conforme narra no rap “Polícia e fica a dor” do Mc Calazans, nascido e criado no Complexo há 21 anos.

Segundo FOUCAULT, enquanto a soberania capitaliza um território, colocando o problema maior da sede do governo, enquanto a disciplina arquiteta um espaço e coloca como problema essencial uma distribuição hierárquica e funcional dos elementos, a segurança vai criar um ambiente em função de acontecimentos ou séries de acontecimentos ou de elementos possíveis, séries que vai ser preciso regularizar num contexto multivalente e transformável (FOUCAULT, 1978, p.27). Porque no processo de controle e produção de espaços, dependendo dos diferentes momentos históricos, existem diferentes "ordens discursivas" que nortearão o projeto disciplinador.

No sentido real de cidade evocado por Orlandi (2004), será a partir da narratividade discursiva que poderemos desorganizar o espaço burocrático (do) urbano. E os gestos são que o dão corpo a cidade. É assim que a cidade se materializa em sentidos (ORLANDI, 2004, p. 30). Por mais que o gesto da moradora da Vila Cruzeiro ecoe um discurso regido por uma captura do espaço conforme a disciplina da mídia e do poder público, o gesto da entrega da caixa de fósforos e o bilhete representa uma ruptura da narratividade das fontes oficiais. Expressa uma fuga, um escape de discurso em que a moradora tentou penetrar e fazer sua voz ser ouvida.

Afinal, o trecho em que ela diz: “Sabemos que uma favela não aparece da noite para o dia!” interpretado pelo O Globo como a culpabilização dos governos anteriores para a situação de violência, trata-se apenas de uma interpretação e O Globo. O discurso ali possui outras formas de produzir sentidos pelo o que não é dito, pelo que é ocultado. Sendo assim, pode produzir o efeito de denúncia, inclusive. Afinal, como analista podemos compreender que a paráfrase “Sabemos que uma favela não aparece da noite



para o dia” como a denúncia das mazelas da desigualdade social que compõem o cenário do Rio de Janeiro há anos desde a origem das favelas com a remoção dos cortiços no Centro da cidade. O descaso que o discurso denuncia pode não se da violência armada e sim do estado de violência. A falta de infraestrutura de: saúde, saneamento básico, educação, moradia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos jornais da ocupação do Complexo da Maré entre os dias 31 de março e 11 de abril de 2014, os mesmos sentidos e deslizes metafóricos são encontrados no jornal. Assim como em 2010, a presença das Forças de Pacificação não é contestada. Ao contrário ela é exaltada. As mesmas ações midiáticas e de Estado são usadas para construir o consenso da pacificação. Seja pelo hasteamento da bandeira do Brasil, seja em páginas de jornais que usam o recurso discursivo da alusão da vida libertada a partir das crianças junto a polícias, seja da necessidade do Exército na comunidade.

Desta forma, como em 2010, a cobertura da imprensa constitui-se a mitificação da ação como um marco histórico no combate ao tráfico de drogas, instituindo uma nova relação da população perante a violência, a sensação de segurança e o medo presente no cotidiano da cidade para a população do Rio de Janeiro, com efeitos para a subjetividade para imagem da cidade, perante o governo Sérgio Cabral e o projeto de política de segurança denominado como Unidade de Polícia Pacificadora, para além dos limites geográficos do Estado do Rio de Janeiro e até do país. Citar a cobertura como constituída como marco histórico não é um eufemismo. A própria capa do jornal de 25 de novembro promove esse discurso histórico com a capa cuja manchete diz: “O Dia D” (em alusão ao O Dia D da Segunda Guerra Mundial em 06 de junho de 1944, o dia da retomada da Normandi, dando início à libertação da França ocupada pelos nazistas, O Dia D é frequentemente conhecido como "a maior invasão militar da História"), reportada por O Globo, junto com a captura da imagem da fuga dos traficantes transmitida pela Rede Globo, ambos os veículos são produtos jornalísticos da mesma empresa, a Organizações O Globo.

Após, quatro anos, em 31 de março de 2014¹⁰, novamente a população do Rio de Janeiro, receberá por imagens da tevê e jornais a imagem de prisões, apreensões de drogas e armas e a ocupação e uma espaço da cidade por tropas militantes após uma

¹⁰ Uma data cheia de simbolismos em virtude da ditadura militar instaurada no país há 50 anos ocorrida em 31 de março de 1968.



onda uma onda de violência. Ações criminosas que seriam também como em 2010 represálias do tráfico de drogas as UPPs. Desta forma, uma nova ocupação militar de um espaço favelado da cidade acontece por tropas policiais e do exército que se conjugam discursivamente pela denominação de tropas pacificadoras. Na capa, o jornal O Globo, a manchete informa que a “Maré é ocupada sem resistência do tráfico” acompanhada da informação de que “as 15 favelas da Maré foram ocupada em 15 minutos sem resistência”.

Uma política de segurança pública que objetiva retomar um espaço que o nomeia como território, aludindo que ali existe vida a ser “libertada” (como em um contexto de guerra), a partir do uso da disciplina dos corpos que habitam essa cidade que se diz “pacificada” ou necessária de “pacificar”, mas que não é executado de forma incólume conforme expõe à letra de rap de Mc Calazans, o que contraria a cobertura de O Globo construída nas páginas dos jornais ao longo desses cinco anos de pacificação das favelas.

Um rap que questiona essa paz, esse sentido de pacificar, que contesta esse sentido. Em um jogo de trocadilhos parece desvelar o que foi ocultado ou o que se pode esquecer ou ainda fabricar perante uma memória coletiva a partir do discurso jornalístico. “Se a gente compreende o que está silenciado e não ficar só convergindo para discursividade da violência vai encontrar outros sentidos para a cidade, para o social, para a história” (ORLANDI, 2004, p.29). Nossa intenção, portanto, com o artigo foi compreender essa sobreposição, esse discurso urbano que silencia o real da cidade: os problemas de desigualdades e de criminalização dos espaços favelados da cidade. Afinal, se a cidade pode ser pensada através do discurso, quantos discursos cabem ou existem na gestão político-administrativa da cidade do Rio pacificado?

REFERÊNCIAS

BURGOS, Marcelo Baumann. “**Favelas: uma forma de luta pelo direito à cidade**”. In: *Favelas Cariocas: ontem e hoje*. MELLO, Marco Antonio da Silva (Org). Rio de Janeiro. Editora Garamond Universitária, 2012.

CAMPOS, Andreino. **Do Quilombo à Favela: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Segurança e Território, População*. São Paulo Martins Fontes, 2008.



GUATARI, Felix. “**Espaço e poder: a criação de territórios na cidade**”. In *Espaço e debates*, n° 16. São Paulo, 1985.

LEFEBVRE, Henri. “**Industrialização e urbanização. Noções preliminares**”. In: *O direito a cidade*. São Paulo: Editora Centauro. 2001.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. **Vida Sob Cerco violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MALAGUTI, Vera. **O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história. Rio de Janeiro**. Editora Revan, 2003.

_____. **O Alemão é muito mais complexo**. In: Paz Armada: criminologia de Cordel. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2011.

MENDONÇA, Kleber. “**Tramas Discursivas: apontamentos para a análise dos efeitos de sentido no telejornalismo brasileiro**”. In: *Análise de Telejornalismo – Desafios teórico-metodológicos*. GOMES, Itania Maria Mota (Org). Bahia: Editora Edufba, 2012.

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso: princípios e procedimento**. Campinas: Ponte, 1999.

_____. **Cidade dos Sentidos**. Campinas: Pontes, 2004.

VALLADARES, Licia Prado. **A invenção da favela: do mito de origem a favela.com**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

WEBER, Max. “**Conceito e categorias da cidade**” (1921) in: *O Fenômeno Urbano*. Velho, O. (Org) Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

WIRTH, Louis. “**Introduction: the concept of the ghetto**” e “**The sociological significance of the ghetto**”. In *The Ghetto*. Chicago: University of Chicago Press. 1956 (1928).